

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DO ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL

PROCESSO N°: - 678/68 - CEE.
INTERESSADO: - FACULDADE MUNICIPAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DE PIRASSUNUNGA.
ASSUNTO : - Solicita autorização para funcionamento da faculdade
acima citada.
RELATOR : - Conselheiro NELSON CUNHA AZEVEDO.

P A R E C E R N° 19/69 - CEPEN

Atendendo ao que preceitua o Artigo 13 § 3º, da Lei n° 10.125, de 4 de junho de 1968, que diz:

"O Conselho Estadual de Educação incluirá, entre as condições para funcionamento de instituição de ensino superior, mantida pelo Estado ou por Municípios ou por eles subvencionado, o prévio e satisfatório atendimento, na localidade, do ensino dos graus primário e médio";

Atendendo, ainda, à Indicação de 18/9/1967, de autoria da nobre Cons^a. Esther de Figueiredo Ferraz que diz:

"Os pedidos de autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino superior, mantidos por municípios (autarquias ou fundações), deverão ser previamente encaminhados às Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio, a fim de que estas analisem, em cada processo, os aspectos ligados a esses dois graus de ensino, e inclusive indiquem as medidas que julguem necessárias ou oportunas ao atendimento das exigências da educação, nesses dois níveis básicos" - vem o presente processo ao exame conjunto das Câmaras do Ensino Primário e Normal e ao Ensino Médio deste Conselho para que se manifestem a respeito da exigência contida na referida disposição legal,

PARECER:

De início assinalemos que, na qualidade de relator designado para a matéria examinamos o levantamento da situação do ensino primário e médio em Pirassununga, feito pela digna Assessoria Técnica deste Conselho.

Entre os pontos de maior importância, desse documento, a merecer comentário especial de nossa parte estão os seguintes:

POPULAÇÃO

A população do município esta traduzida no seguinte quadro:

POPULAÇÃO	1940	1950	1960	1964	1965	1967
Total	22.928	26.081	27.510	31.323	29.901	31.107
Rural	12.375	13.027	10.211	10.955	-	-
Urbana	10.546	13.054	17.299	20.368	-	-
De 0 a 9 anos	6.208	-	-	-	-	-
De 7 a 10 anos	-	2.495	-	-	-	-
De 7 a 14 anos	-	-	-	5.786	-	-
De 10 a 19 anos	5.761	-	-	-	-	-
De 11 a 14 anos	-	2.415	-	-	-	-

Ora, segundo esses dados colhidos no IBGE não se nota, em Pirassununga, um "bom índice de crescimento populacional. De 40 a 50 e de 50 a 60, em dois períodos de 10 anos, no primeiro caso não chegou a 20% em uma década. No segundo caso (de 50 a 60) não chegou a 10%, no mesmo período. De 60 a 67 não chegou, igualmente, a 20%. O êxodo da população rural está evidente nos dados acima: em 1940, 12.375 pessoas viviam na zona rural; em 1964 (vinte e quatro anos depois) ali viviam 10.955.

Ora, muitos são os fatores que funcionam nas cidades, como bomba de sucção das populações rurais. Uma delas é positivamente a escola. E que esforço maior foi feito, no município de Pirassununga, para eliminar ou atenuar a possibilidade de as escolas da cidade (escolas médias e primárias) se constituírem em um dos motivos da miragem que é a cidade para os habitantes da zona rural? Foram as escolas rurais construídas ou reconstruídas segundo critério técnico? Existe habitação confortável, junto a tais escolas a fim de contribuir para que os professores se integrem na comunidade rural a que pretendem servir? Foi enfrentado o problema da subnutrição das crianças? A saúde das crianças da roça foi cuidado? A evasão escolar foi combatida? Veremos, a seu tempo, que no presente processo nem sempre há resposta para muitas destas e outras perguntas congêneres que poderiam formular. E, quando existem, revelam ainda um débil esforço para solucionar os problemas da comunidade rural.

ENSINO PRIMÁRIO

Pirassununga possui 6 grupos escolares e 36 escolas isoladas entre escolas municipais, estaduais e (uma) particular.

A capacidade total de matrícula de todas essas unidades é para 6.180 alunos. A matrícula inicial em 1968 foi de 3.981, o que revelaria uma capacidade ociosa para absorver mais 2.199 alunos.

Tal quadro - embora não revele um excepcional interesse da administração pelo ensino em Pirassununga (eis que ele resulta da quase estagnação da população do município neste 1/4 de século), torna-se ainda menos confortável quando se assinala que apesar de tudo, dois dos maiores e tradicionais grupos escolares da cidade funcionam em três períodos, com redução do número de horas de aulas. Ressalte-se, entretanto, estar prevista a construção de um prédio para o grupo escolar de Vila Pinheiro, embora não tenhamos elementos para dizer em que pé se encontra a referida construção.

Não há, no processo, indicação de quantas crianças existem na faixa de 7/14 anos, quer na zona urbana, quer na zona rural. Não existe, pois, condição para se concluir se o número de vagas existentes nas escolas primárias do município é suficiente para cobrir a eventual demanda e, tão pouco, para se concluir se existem, ou não, crianças fora da escola.

ESCOLA DEMOCRÁTICA TAMBÉM PARA A ROÇA

O que se tem verificado, em nosso Estado, é uma ênfase especial no tocante à escola urbana em prejuízo da escola situada na zona rural que deveria merecer, pelo menos, a mesma atenção senão maior. A expressão escola democrática - no sentido de escola para todos - na zona rural, é apenas um "slogan" senão totalmente vazio, pelo menos esvaziado de sentido.

A escola urbana, entretanto, merece todas as atenções: estão aí expostas aos olhos do público; estão agrupadas - salvo exceções - administrativa e tecnicamente controladas pelos seus diretores; de fácil acesso à inspeção escolar; frequentadas por alunos de todas as classes sociais - desde os oriundos das faixas mais humildes da população até os provenientes das faixas mais abastadas, especialmente no interior do Estado.

A escola rural é a grande esquecida. É a prima pobre. Instalada, em grande número de casos, em prédios inadequados às vezes em verdadeiros pardieiros (casas de pau-a-pique, antigos estábulos ou cacheiras) - sem instalações sanitárias; sem água potável; sem moradia para o professor; sem a possibilidade de oferecer a merenda escolar; sem a assistência médica e dentária; sem instalação elétrica; sem mobiliário adequado; teto sem forro; chão sem assoalho eis a escola da roça na maioria dos casos, no Estado de São Paulo.

Os programas de construção escolar desconhecem tal escola: seus prédios não podem ser inaugurados com pompa, com bandas de música e fogos para atrair os milhares de possíveis eleitores por esse processo facilmente aglutináveis em torno da nova construção escolar. Este Conselho, entretanto, já sentiu esta realidade ao sugerir que, no último programa de construções escolares a ser financiado com recursos federais, se reservassem verbas para algumas escolas rurais do litoral paulista. Despertado para essa realidade cabe, a nosso ver, a este Conselho – e especialmente à Câmara do Ensino Primário e mesmo do Médio – não deixar escapar a oportunidade para enfatizar a importância de se dotar a zona rural de São Paulo de prédios escolares adequados. Os que estão aí, não são melhores do que muitos existentes em algumas das regiões mais atrasadas do mundo.

O problema da localização dessas escolas é outro que está a merecer a maior atenção. Os dispositivos legais deter minam que elas só poderão ser localizadas nos núcleos rurais onde, num raio de dois quilômetros, existam pelo menos 30 crianças em idade escolar. E se a escola de emergência pode atender a núcleos menores, não pode ela ser instalada onde existam menos de 20 crianças. Ora, em numerosas regiões do Estado – e exatamente nas regiões menos desenvolvidas – no vale do Ribeira, no litoral, na serra da Mantiqueira – esse índice não é facilmente alcançável, sendo comuns os núcleos com 8, 10, 15 ou, de maneira geral, menos de vinte crianças.

Desta observação se deduz que milhares de crianças da zona rural permanecem sem escolas, sendo apenas uma lírica afirmação de que há oportunidades educacionais idênticas para todas as crianças em idade escolar.

Pirassununga não foge a esta regra geral.

O PESO DA POPULAÇÃO RURAL

Segundo os últimos índices do IBGE, vivem no Brasil 92.300.000 pessoas. Destes, 41.500.000 na roça – praticamente a metade – dos quais 7.430.000 na faixa de 7 a 14 anos. Destes, apenas a metade frequentam escola. Em São Paulo, o quadro é o seguinte: 17.200.000 habitantes, dos quais 3.440.000 na zona rural entre os quais 790.000 em idade escolar. Frequentam escolas – entre 7 a 14 anos – 52% dessas crianças.

Existem, sem escola, na faixa etária a que nos estamos referindo, 387.000 crianças. Quantas destas chegarão ao ginásio, se nos recordarmos que apenas 8,41% dos dois milhões matriculados nas escolas primárias paulistas frequentam os ginásios

(em 99% dos casos localizados na zona urbana)? E quantas chegarão a universidade se daqueles 2 milhões apenas 1,71% chegaram às escolas superiores em 1969? E, finalmente, quantas concluirão o curso primário, sabendo-se que a taxa de evasão nas escolas rurais é extraordinariamente elevada?

REMÉDIOS

Levar a criança à escola ou à escola à criança – eis as soluções que podem ser adotadas para resolver o problema de proporcionar, realmente, uma educação democrática a todas as crianças paulistas. O Estado poderia baixar os índices impostos para localização de escolas rurais: onde haja um pequeno grupo de crianças, por menor que seja, aí deve estar a escola. Outra solução: o transporte de crianças para as unidades mais próximas. Mais uma: ficar a cargo das prefeituras as escolas rurais dos pequenos núcleos populacionais onde existam menos de 20 crianças. A seguir, ampliar as oportunidades, das crianças que concluem o curso na zona rural, com a instalação de ginásios pluricurriculares e técnicos "estrategicamente" localizados para onde pudessem afluir crianças de várias fazendas ou bairros ou sítios. E depois o segundo ciclo. E, mais tarde sim – os institutos superiores para a formação especializada de técnicos e pesquisadores em assuntos agrícolas. Ao lado disso, clubes agrícolas, escolas de líderes rurais; organizações da juventude rural e outras instituições complementariam a obra de formação da personalidade de nossos jovens da zona rural.

Aos que argumentassem que São Paulo se industrializa e que cada vez mais prescinde da mão-de-obra para a zona rural, objetaríamos que nenhuma nação moderna – por mais industrializada que seja (e aí estão o Japão, a Rússia ou os Estados Unidos) se podem dar ao luxo de voltar as costas ao campo porque, cada vez mais, as metrópoles e grandes cidades tem o problema do abastecimento das populações urbanas. E, além do mais, não apenas um país é rico na medida de sua produção industrial mas, também, em razão de sua agricultura, até por motivos de segurança-nacional,

APLICAÇÃO RACIONAL DE RECURSOS

Ora, exatamente quando o governo possibilita a sindicalização do trabalhador rural – fato que por si só justificaria uma revolução; quando os índices de produção agrícola em São Paulo caem (e a informação é do próprio secretário da Agricultura do governo paulista); quando se verifica que, apesar do fato de a economia nacional repousar na agricultura e no campo se encontrar mais da metade da população nacional, a matrícula nos

cursos superiores foi, em 1968, de 258.303 alunos dos quais 66.163 nos cursos de Filosofia, Ciências e Letras, 51.498 em Direito, 35.925 em Administração e Economia; 35.065 em Engenharia, 24.307, em Medicina e somente 5.560 em Agronomia (apenas 2% do total dos alunos que frequentam os cursos superiores); quando de nossas escolas técnicas saem, praticamente, um aluno para cada 5 engenheiros (quando a média deveria ser de 4 e 5); para cada engenheiro; quando, exatamente agora o governo fortalece, através da reforma tributária, os municípios dando-lhes uma verdadeira carta de alforria.

indagamos: devem estas considerações ser esquecidas pelas administrações municipais que – sem "buscar soluções, mesmo que parciais, para os problemas de educação, saúde, saneamento, produtividade da zona rural, resolvem dedicar enormes importâncias representando 20 e 30% de seus orçamentos à construção e manutenção de escolas superiores, especialmente do tipo das que mais abundam neste Estado: Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras?

Não seria lícito a este Conselho aconselhar ou pelo menos ponderar às prefeituras empolgadas (às vezes emocionalmente com os seus projetos de suas escolas superiores) que reexaminem sua posição e apliquem no ensino primário e no ensino médio – na cidade e no campo – os recursos, agora abundantes, que possuem e só então e depois de haver colocado em situação de alto nível o sistema de ensino no município quer colaborando financeiramente com o Estado quer atuando em faixa própria se lancem ao empreendimento de por em funcionamento escolas superiores?

ORÇAMENTO MUNICIPAL

No caso específico, consta do orçamento de 1969 que a Prefeitura de Pirassununga pretende gastar 395.000 cruzeiros novos com sua Faculdade. Ora, esta importância aplicada na zona rural e na zona urbana daria solução a numerosos problemas, entre os quais alguns aflorados neste parecer. E, se elaborado um plano trienal ou quadrienal de ensino a ser executado pela municipalidade, mantida a mesma dotação, teríamos uma inversão da ordem de (2) "bilhões em um quinquênio. Então, realmente, não temos a menor dúvida poderia o ensino primário e médio em. Pirassununga revelarem-se altamente satisfatórios.

SITUAÇÃO REAL

Atendo-nos aos namoros do processo, verificamos que dos seis grupos escolares existentes no município, três funcionam na zona rural e três na cidade. Testes estão superlotados, e funcionam em regime tresplicado, dois deles.

A evasão escolar é elevada. Para 1.339 crianças matriculadas no 1º ano há apenas 582 na 4ª série o que dá ideia aproximada da evasão.

Na zona rural a queda de matrícula é traduzida pelos seguintes números: na 1ª série, 291 alunos, na 4ª, 32 alunos.

Dos 42 prédios escolares existentes no município, 25 deles estão a exigir reforma.

De maneira geral, o equipamento das escolas é satisfatório (bibliotecas, recursos audiovisuais e caixa escolar). Os grupos escolares tem gabinete dentário e merenda. Os professores são todos diplomados por Escola Normal.

Concluíram o curso primário em 67, 662 alunos.

ENSINO MÉDIO

O município de Pirassununga conta com 4 estabelecimentos de ensino médio: 2 estaduais e dois municipais: Instituto de Educação; Instituto de Zootecnia e Industrias Pecuária "Fernando Costa"; Escola Técnica de Comércio e Ginásio "Dr. Fernando Costa" e Escola Apostólica de Pirassununga.

É a seguinte a distribuição por ciclos:

1º C I C L O:

SÉRIE	Nº DE MATRICULADOS	PORCENTAGENS
1ª	776	35,4%
2ª	509	23,2%
3ª	456	20,8%
4ª	451	20,6%
Total	2.192	100,00%

2º C I C L O:

TIPOS DE CURSOS	Nº DE MATRICULADOS	PORCENTAGENS
1. C.Normal	601	47,4%
2. C.Científico	251	19,8%
3. C.Técnico Comercial	253	16,0%
4. C.Técnico Agrícola	88	6,9%
5. C.Técnico Ind.Agropec.	81	6,4%
6. C.Clássico	44	3,5%
Total	1.268	100,00%

Concluíram o 2º ciclo 349 alunos (1967). Dos professores de 1º ciclo, era número de 50, 30 são licenciados os outros 20 não possuem Curso Superior. Dos professores do 2º ciclo, em número de 78, 50 são licenciados e os demais não, sendo que, entre estes, 6 possuem o curso superior.

Chamamos a atenção dos Srs. Conselheiros para os da dos existentes no processo referentes vão Instituto de Zootecnia e Industrias Pecuárias "Fernando Costa" (Curso de nível médio - 2º ciclo) anexo à Faculdade de Medicina Veterinária da USP, onde fazem estágio prático os universitários da USP. Ótimas instalações e uma Área disponível de 973 alqueires a quase indicar que tipo de escola superior, no futuro, poderia realmente convir à Pirassununga.

A inexistência de dados sobre a população nas diversas faixas etárias, não nos dá condições para concluir em que proporção está ela, dentro de cada faixa, sendo atendida.

Cumpre salientar que a evasão escolar, no nível médio, é mais acentuada do que era outros municípios.

É auspicioso assinalar que a Prefeitura, ao que parece, desperta para o atendimento da zona rural com a aquisição de uma perua onde se adaptou consultório módico e dentário. Na cidade, está sendo instalada, uma cozinha piloto. O processo também dá informações satisfatórias sobre os serviços públicos mantidos pela Prefeitura a respeito dos trabalhos relacionados com a merenda escolar que já atende a 5.000 alunos das escolas primárias.

O Serviço de Saúde Escolar tem um programa de trabalho bem elaborado que vem sendo executado junto ao SEROP (se bem que ainda quase exclusivamente na fase de orientação e não de assistência efetiva ao escolar, a não ser no caso das campanhas de saúde e de merenda escolar).

O SEROP vem desenvolvendo trabalho útil de orientação pedagógica nas várias escolas primárias da região.

Os estabelecimentos de ensino médio estão razoavelmente atendidos em matéria de laboratórios, bibliotecas e recursos audiovisuais.

VERBAS

Quanto às verbas para o ensino previstas no orçamento de 1969, temos os seguintes índices:

Ensino Primário:	NCr\$ 59.040,00
Ensino Secundário:	NCr\$ 4.000,00
Ensino Superior:	NCr\$ 205.000,00

Estando orçada a despesa em 1.714.923,00, chega-se à conclusão de que a Prefeitura de Pirassununga gasta com o ensino primário e médio 63.040, ou seja, 3 e meio por cento de suas despesas gerais.

DADOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Após estas considerações de ordem geral, procuremos a linhar aos dados positivos e negativos que poderiam servir de Toa se a um juízo tão objetivo quanto possível a respeito da situação do ensino primário e médio em Pirassununga:

DADOS POSITIVOS

1 - A capacidade de matrícula nas escolas primárias do município é de 6.180 crianças. Estando matriculadas 3.981 crianças conclui-se que existe, teoricamente, uma capacidade ociosa de 2.199 lugares. Em outros termos: existem 2.199 vagas nas escolas primárias do município.

2 - Embora no processo não existam dados referentes às crianças entre 7 e 14 anos em 1967, mas apenas há nestas condições existentes em 1964 (e que eram da ordem de 5.786) é de se presumir que o número de crianças naquela faixa de 7 a 14 anos não seja mais elevada do que as existentes em outros municípios, eis que existem vagas nas escolas primárias.

3 - Nos três grupos escolares situados na zona rural e que funcionam em 2 períodos não há falta de vagas, ocorrendo o mesmo nas escolas isoladas.

4 - A construção de um edifício para Grupo Escolar em Vila Pinheiro (já prevista), poderá solucionar o problema dos grupos que funcionam em três períodos.

5 - Os prédios escolares do município são de alvenaria, embora exigindo reforma.

6 - Bibliotecas, recursos audiovisuais e caixa escolar existem, de maneira geral, em muitas unidades do ensino primário do município.

7 - Todos os professores (com exceção de um) do município são diplomados (normalistas), sendo que 62% tem curso pós-graduação.

8 - Existem 72 classes orientadas pelo SEROPE.

9 - As conclusões de curso primário — embora a nosso ver em pequeno número — elevou-se de 6b (574) para 67 (662);

10- Estão matriculados no 1º ciclo 2.192 alunos; no 2º ciclo, 1.268, sendo de se destacar o seguinte quadro que já revela interesse pelo ensino técnico;

Curso Normal	601
Curso Científico	251
Curso Técnico Comercial	203
Curso Técnico Agrícola	88
Curso Técnico Ind. e Agropecuária	81
Curso Clássico	44

11 - No Instituto de Educação (estadual) funciona também o curso de formação do professores primários, que apresentou, em 1967, um total de 173 conclusões de cursos - destes sairão anualmente, os futuros candidatos à pretendida Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

12 - De maneira geral, os estabelecimentos de ensino médio oficial possuem laboratórios de física, química, biologia, oficinas, clubes e jornais.

DADOS NEGATIVOS

1º) Pequena população do município cujos índices de crescimento são modestos.

2º) Êxodo da população rural que precisaria ser analisado em face da queda da população da roça (12.375 em 1940 - 10.955 em 1964).

3º) Provável existência de crianças sem escola - especialmente na zona rural, em que pese a existência de vagas.

4º) O fato de dois grupos escolares funcionarem em 3 períodos (exatamente os de maior matrícula).

5º) Queda acentuada da matrícula nas diversas séries, como se poderá deduzir do seguinte quadro: ENSINO PRIMÁRIO - MOVIMENTO DE MATRÍCULA - 1968

Tipos de Estabelecimento	Matrícula inicial					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total
Grupos Escolares	942	755	618	491	81	2.887
Escolas Isoladas Estaduais	291	254	166	32	-	743
Escolas Isoladas Municipais	37	55	22	28	-	142
Escolas Particulares	69	63	45	32	-	209
T o t a i s	1339	1127	851	582	81	3.981

Tipos de Estabelecimento	Matrícula em						% de Evasão
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total	
Grupos Escolas	933	725	597	485	81	2.821	2,3%
Escolas Isoladas Estaduais	273	223	152	32	-	680	8,4%
Escolas Isoladas Municipais	31	55	22	31	-	139	2,1%
Escolas Particulares	66	62	42	26	-	196	6,2%
T o t a i s	1303	1065	813	574	81	3.836	3,6%

NOTA -Ressalte-se que não podemos concordar com o critério de calcular a evasão escolar adotado pela digna Assessoria.

6º) Ausência de serviços médicos e dentários em muitas das escolas do município.

7º) O fato de 25 dos 42 prédios escolares precisarem de reforma.

8º) O relativamente baixo número de conclusões de curso primário, segundo o quadro à folha seguinte:

ENSINO PRIMÁRIO - 1968 - CONCLUSÕES NO TRIÊNIO (+)

Tipos de Estabelecimento	1965	1966	1967
Grupos Escolares	544	547	553
Escolas Isoladas Estaduais	29	11	28
Escolas Isoladas Municipais	-	16	19
Escolas Particulares	-	-	62
T o t a i s	573	574	662

(+) - As conclusões compreendem os alunos aprovados nas 4ª e 5-ésimas séries do curso primário.

9º) A não existência da merenda escolar onde ela se faz mais necessária nas 35 escolas rurais.

10º) A queda na matrícula do 12º ciclo conforme quadro abaixo:

SÉRIE	Nº DE MATRICULADOS	PORCENTAGENS
1ª	776	35,4%
2ª	509	23,2%
3ª	456	20,8%
4ª	451	20,6%
Total:	2.192	100,00%

11º) o relativamente pequeno número de conclusões do curso de formação de professores primários.

12º) Os pequenos recursos destinadas ao ensino primário e médio, conforme se poderá deduzir do seguinte quadro:

ANO	RECEITA GLOBAL	IMPOSTOS	EDUCAÇÃO	%	ENSINO	%
1963	121.135,09	34.800,00	5.265,60	15,5	4.834,79	13,9
1964	174.896,95	41.500,00	12.199,69	29,3	6.786,60	16,0
1965	394.384,50	92.570,64	12.229,14	13,2	10.447,77	11,2
1966	682.624,10	136.700,00	15.805,85	11,5	12.656,64	9,2
1967	1.161.413,13	404.600,00	44.379,22	10,9	21.504,43	5,3
1968	1.208.692,00	570.000,00	149.750,00	26,3	41.100,00	7,2
1969	1.714.923,00	1.070.000,00	306.738,00	28,7	58.850,00	5,5

13º) A ausência de uma política definida que vise dar "status" elevado ao ensino primário e médio no município antes de cogitar da instalação de uma escola superior.

PARECER:

Considerando que a situação do ensino primário e médio de Pirassununga foi estudada por estas Câmaras com o objetivo de verificar se é possível em última análise dispensar a aplicação de recursos municipais nesses níveis de ensino, desviando-os para o ensino superior, o parecer das Câmaras é o seguinte:

A situação do ensino primário e médio possui deficiências qualitativas e carências quantitativas que não justificam – antes que sejam eliminadas – que a Prefeitura destine recursos ao ensino superior.

E este nosso Parecer, SMJ.

São Paulo, 13 de junho de 1969.

(as) Conselheiro NELSON CUNHA AZEVEDO
- RELATOR -

Aprovado em sessão conjunta das Câmaras do Ensino Primário e Normal e do Ensino Médio, realizada em 16 de junho de 1969.

(as) Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES
Presidente da CEPEN

(as) Conselheiro ERASMO PE FREITAS NUZZI
Presidente da CEM.